

# Violação de tornoeleira e risco de fuga definem futuro de Bolsonaro



» JACQUELINE VALLES  
Advogada criminalista, mestre em direito penal, especialista em criminologia, professora universitária

A prisão preventiva do ex-presidente Jair Bolsonaro, decretada na madrugada desse sábado (22/11), é mais do que uma medida cautelar: ela desenha o roteiro de como ele deverá cumprir sua pena de 27 anos e 3 meses por tentativa de golpe de Estado. A decisão do ministro Alexandre de Moraes, com o aval da Procuradoria-Geral da República (PGR), foi construída sobre dois pilares do Código de Processo Penal: a garantia da aplicação da lei penal e a preservação da ordem pública, sinalizando que a paciência do Judiciário com o comportamento do ex-mandatário chegou ao fim.

A decretação da preventiva indica que, para o Supremo Tribunal Federal (STF), as medidas alternativas à prisão se esgotaram. A justificativa se baseia em uma sequência de fatos concretos que, somados, formaram um cenário de risco iminente. O estopim foi a violação da tornoeleira eletrônica, admitida pelo ex-presidente em vídeo. Do ponto de vista jurídico, o ato não é apenas uma infração técnica, mas uma demonstração de desdém pelas ordens judiciais.

Esse episódio se soma a um histórico que já preocupava as autoridades, como a estadia de dois dias na Embaixada da Hungria, a carta de pedido de asilo político à Argentina e a fuga de aliados investigados no mesmo inquérito, que reforçaram a percepção de um plano de fuga. A convocação de uma “vigília” pelo senador Flávio Bolsonaro na tarde de sexta-feira foi o elemento final, visto pela Polícia Federal (PF) como uma estratégia para criar um tumulto que poderia comprometer a segurança de moradores e policiais e, em última instância, facilitar uma fuga.

Com isso, a prisão preventiva estabelece um precedente decisivo que transcende sua função imediata. O histórico de um réu durante o processo influencia diretamente a fase de execução da pena. Pedidos de prisão domiciliar, por exemplo, tornam-se um caminho juridicamente íngreme e de difícil sucesso. A Lei de Execução Penal (LEP), em seu artigo 117, prevê o benefício em casos excepcionais: condenado maior de 80 anos; acometido por doença grave; gestante; ou mãe com filho menor ou com deficiência. Contudo, mesmo que um desses requisitos seja preenchido, a concessão não é automática. A lei confere ao juiz o poder discricionário de negar o benefício se a conduta do apenado indicar risco à aplicação da lei. A violação de uma medida cautelar, como o uso da tornoeleira, é um dos fatores que mais pesam negativamente nessa análise.

Ciente de que a saúde de Bolsonaro seria o principal argumento da defesa para futuras tentativas de obter a prisão domiciliar, o STF adotou uma

estratégia preventiva. Ao determinar assistência médica 24 horas para o ex-presidente na Superintendência da PF, a Corte neutraliza proativamente essa linha de defesa já no pedido que sustenta a prisão preventiva. A medida não apenas assegura a integridade física do ex-presidente, mas também blinda a decisão judicial contra alegações de omissão ou violação de direitos humanos.

Ao garantir a infraestrutura de saúde dentro do sistema prisional, o STF sinaliza que está preparado para manter o regime fechado, esvaziando um dos argumentos mais recorrentes em casos de grande repercussão. A defesa, naturalmente, pode e irá recorrer da decisão. Contudo, enfrentará os mesmos fatos que motivaram a própria prisão. A violação da tornoeleira, o histórico de risco de fuga e a mobilização de apoiadores são elementos objetivos que criam um obstáculo robusto, de difícil superação até mesmo para a mais hábil argumentação jurídica. O ônus da prova agora se inverte: não basta mais argumentar em tese, será preciso desconstruir uma realidade fática criada pelas ações do próprio ex-presidente.

Em última análise, a violação dos termos judiciais e a percepção de risco de fuga criaram uma nova e desfavorável realidade processual para Jair Bolsonaro. A Corte, ao prover suporte médico, neutraliza uma conhecida e eficaz estratégia de defesa. Restra aos advogados a tarefa de tentar reverter um cenário adverso, cujas bases foram estabelecidas pelo próprio ex-presidente. Ao que tudo indica, será um desafio de proporções hercúleas.

## UFPA, um território de diálogo global na Amazônia



» GILMAR PEREIRA DA SILVA  
Professor, doutor em Educação e reitor da Universidade Federal do Pará

A realização da COP30 em Belém marca um ponto de atenção não apenas para a capital paraense, mas para toda a Amazônia e para o debate global sobre o clima deste momento. Esse evento não foi apenas uma conferência de líderes mundiais, mas também foi o palco onde a ciência e os saberes tradicionais da nossa região se ergueram com voz e protagonismo inéditos.

Para a Universidade Federal do Pará (UFPA), sediar grande parte das atividades paralelas e atuar como um propagador de conhecimento e diálogo consolidou o papel essencial das universidades amazônicas na construção de soluções sustentáveis. A participação da UFPA na COP30, capitaneada pelo movimento “Ciência e Vozes da Amazônia”, extrapolou os limites do ensino e da pesquisa. Transformamos nosso território universitário em espaços vitais de intercâmbio, desde a Cúpula dos Povos, um momento fundamental para o fortalecimento das vozes indígenas, quilombolas e ribeirinhas, até a intensa programação na Zona Azul e na Zona Verde, mostrando que a universidade pública é o berço onde a inovação dialoga com a ancestralidade. Nesse espaço acadêmico à beira do Rio Guamá, também tivemos a oportunidade de exercer nosso diálogo internacional consolidando acordos de cooperação, motivados pela presença inédita do presidente Emmanuel Macron, que conheceu nosso projeto de expedição científica Brasil-França.

No contexto da COP, firmamos parcerias estratégicas, como o acordo de cooperação com o Supremo Tribunal Federal (STF), evidenciando que o desenvolvimento sustentável exige o alinhamento entre ciência, direito e justiça climática. Nossos projetos culturais, como a reabertura do Conjunto dos Mercedários-UFPA, prédio que data do século 17 e hoje com a primeira etapa de restauro concluída com apoio de parceiros como o BNDES e Vale, a instalação do Fórum Landi e a inauguração de exposições e galeria, levaram o impacto de uma conferência na Amazônia para o âmbito popular, conectando a teoria global à realidade das comunidades locais e à rica sociobiodiversidade que é a essência de nossa identidade.

A UFPA também se reafirmou como um vetor de desenvolvimento regional e inclusão ao acolher em sua escola de aplicação mais de 3 mil indígenas de diferentes povos do planeta na chamada “Aldeia COP”, permitindo uma experiência única e humana.

Encerramos a COP30 com um otimismo inabalável, mas profundamente realista. Esse é um sentimento que reside na visibilidade que a Amazônia conquistou, sendo finalmente reconhecida não apenas como um cenário de crise, mas como a protagonista das respostas globais. A realidade, contudo, nos impõe desafios monumentais que a Conferência apenas sublinhou e amplificou.

O grande desafio da ciência amazônica pós-COP é consolidar a sua soberania, exigindo financiamento robusto e contínuo para pesquisas que traduzam a nossa megabiodiversidade em bioeconomia, inovação e tecnologia. Não basta gerar dados. É imperativo que o conhecimento produzido aqui se transforme em política pública e em um novo ciclo de ensino e aprendizado dentro da própria universidade. A discussão sobre a transição energética e o desenvolvimento competitivo da Amazônia exige a formação de profissionais capacitados, o que reforça nosso projeto de alcançar, por exemplo, um uso significativo de energias renováveis em nossos próprios campi.

A experiência da COP30 nos convoca a uma mudança de mentalidade radical, pois o legado não pode ser apenas material, como obras de infraestrutura. Deve ser, acima de tudo, intelectual. E a voz dos povos da Amazônia, que ecoou forte na UFPA nos dias da conferência, não pode ser silenciada. O maior desafio social é garantir a justiça climática assegurando que as populações mais vulneráveis das periferias urbanas, comunidades tradicionais e povos indígenas sejam o centro das soluções e não apenas as vítimas das mudanças climáticas.

Precisamos ampliar o diálogo, desmistificar a ciência e garantir que o conhecimento chegue à ponta, empoderando as comunidades a serem gestoras dos próprios territórios. A COP 30 foi a semente plantada na terra de Belém. Agora, o verdadeiro trabalho começa. O legado da Conferência é a certeza de que a solução para a crise climática global está inextricavelmente ligada à ciência e às vozes que emanam da Amazônia. A UFPA está na linha de frente, comprometida em transformar o conhecimento em ação e a esperança em um futuro sustentável para todos. Convidamos a comunidade acadêmica, a sociedade e nossos parceiros globais a caminharem conosco nesse novo ciclo de responsabilidade e protagonismo.



Caio Gomez / C/B/DA Press

## A satisfação de não sentir prazer: justiça, vingança e o caso Bolsonaro



» RENATA MEDEIROS  
Mestre em ciência política e relações internacionais, é psicanalista

Sinto uma satisfação serena — e até um certo alívio — por não experimentar aquele prazer profundo, de contornos vingativos, diante da prisão justa e merecida de Jair Bolsonaro, que mentiu, levantou dúvida contra o árbitro da democracia, a Justiça Eleitoral, fez acusações infundadas, sem a mínima prova, buscando o retorno ao sistema de fraudes das cédulas de papel, mediante o descrédito da urna eletrônica.

Há quem celebre, há quem sinta euforia moral. Em mim, algo mais sólido prevalece: o senso de justiça. Quando a lei alcança alguém que dela se desviou, cumpre-se um princípio civilizatório que está acima de desejos pessoais de revanche.

Sempre acreditei no binômio causa e consequência. Se alguém, seja quem for, decide se colocar à margem das normas que regem a vida democrática, deve também se submeter às consequências previstas por essas mesmas normas. Não há excepcionalidade possível quando se trata de responsabilidade. A lei existe para ser aplicada, sobretudo a quem fez da impunidade um modo de operar na vida pública.

Bolsonaro, diferentemente da imagem de mito que projetou sobre si e que tantos aceitaram, nunca esteve acima do bem e do mal. Essa autoimagem parece nascer justamente daquilo que mais tentou esconder: fragilidades, ressentimentos e a necessidade contínua de provar uma grandeza que não se sustenta. A gente sempre acaba se convencendo do que tenta convencer o outro.

A necessidade dele de transgredir — não como gesto revolucionário, mas como subversão da hierarquia para reafirmar um poder que não possuía — acompanha sua trajetória desde o Exército. Ali, onde o respeito às ordens deveria ser estrutural, Bolsonaro buscou construir sua narrativa de força por meio da insubordinação. Tido por um mau militar, segundo o General Geisel, está nas memórias desse ilustre militar, ditas à Fundação Getúlio Vargas. Não se sabe como e por que militares de alta patente, até oficiais gerais aposentados e um almirante se associaram a ele na trama de descumprir a lei e a Constituição.

Sua potência sexual, tão repetidamente exibida, era apenas mais um instrumento de fabricação de convencimento onde só havia mérito próprio e, possivelmente, enganoso. Ridiculamente, proclamava-se imbrochável, um super-homem. No final, entretanto, fazendo-se — verdade ou mais uma mentira — mortificado por moléstias várias, com medo de ser preso na Papuda.

No parlamento, depois que excluído do Exército, encontrou na extrema-direita um terreno fértil para se distinguir. Não por qualidades políticas, mas pela retórica agressiva e pelo discurso

autoritário que, aos poucos, o levou acreditar que ali residia seu verdadeiro papel histórico. Fazendo apologia da tortura, afirmando que gostaria de fuzilar o presidente da República Fernando Henrique Cardoso, mostrou o seu caráter corrompido.

Tudo, na verdade, não passou de um movimento calculado, ainda que alimentado por convicções tortas. O tiro foi certo — para os propósitos dele. Felizmente, não bem-sucedidos, porque vinham de encontro aos propósitos da sociedade brasileira.

Mas certo também foi o caminho que o trouxe até à prisão. Ao contrário do que supôs, não é possível viver indefinidamente na transgressão institucional e esperar imunidade. A lei, quando funciona, alcança mesmo aqueles que se imaginam inalcançáveis. Assim deve ser numa democracia, assim há de ser, sempre, no Brasil. Serve como lição para os aprendizes de governos autoritários, para os governos que fazem pouco da lei, que fazem pouco da moral, sobretudo da ética.

É por isso que não sinto prazer vingativo. Sinto a satisfação tranquila de ver a justiça prevalecer. O que se cumpre não é uma vitória pessoal minha, nem de quem se opõe politicamente a Bolsonaro. Nem do governo de plantão. É uma vitória da própria ideia de democracia — essa que ele tantas vezes tentou subverter, talvez por temer que um dia ela também o julgasse.

Esse dia chegou. Por isso, sinto paz — não alegria, jamais prazer. Quando a justiça se faz, a vingança perde qualquer sentido. A consequência fala por si.